



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações Contábeis

TSM - Transmissora da Serra da Mantiqueira S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

TSM – Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.2 às demonstrações contábeis, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 8, em 31 de dezembro de 2022, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$1.401.144 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer), conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos

seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, incluindo inspeção física em base amostral, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.4, 3.2 e 8 são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada

e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O


Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO			
CIRCULANTE			
		190.380	208.963
Caixa e equivalentes de caixa	4	98	3.103
Investimentos de curto prazo	5	36.506	5.783
Concessionárias e permissionárias	6	20.293	3.199
Impostos a recuperar		2.703	2.602
Adiantamento a fornecedores	7	10.015	80.624
Ativo contratual da concessão	8	120.246	110.530
Outros ativos		519	3.122
NÃO CIRCULANTE			
		1.284.448	1.248.952
Títulos e valores mobiliários		2.641	-
Ativo contratual da concessão	8	1.280.898	1.248.451
Direito de uso sobre arrendamento		909	501
TOTAL DO ATIVO			
		1.474.828	1.457.915
PASSIVO			
CIRCULANTE			
		64.793	201.969
Salários, férias e encargos sociais		1.166	5.353
Fornecedores	9	2.616	20.990
Debêntures	10	(2)	40
Tributos e contribuições sociais a recolher		7.616	2.067
Provisões pré-operacionais	11	28.092	162.895
Adiantamento de clientes		738	-
Arrendamentos a pagar	17.c	190	358
Dividendos a pagar	17.b	12.947	-
Contribuições diferidas	12	11.123	10.224
Outros passivos		307	42
NÃO CIRCULANTE			
		944.502	1.000.943
Debêntures	10	676.803	636.863
Arrendamentos a pagar	17.c	791	167
Adiantamento para futuro aumento de capital	13	-	143.147
Provisões pré-operacionais	11	13.495	-
Adiantamento de clientes		5.322	-
Contribuições diferidas	12	118.483	115.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	129.190	105.286
Outros passivos		418	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		465.533	255.003
Capital social	16.a	222.145	37.632
Reservas de lucros	16.b	243.388	217.371
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
		1.474.828	1.457.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operação e manutenção		19.130	442
Receita de implantação de infraestrutura		-	339.628
Remuneração ativo contratual da concessão		144.365	247.232
RECETTA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	163.495	587.302
CUSTOS OPERACIONAIS			
Custo de infraestrutura	19	-	(477.825)
Custo dos serviços prestados	20	(7.119)	-
LUCRO BRUTO		156.376	109.477
DESPESAS OPERACIONAIS			
Administrativas e gerais		(2.089)	(162)
Pessoal		(1.789)	-
Honorários da diretoria e conselho de administração		(735)	-
Outras receitas	21	429	22.509
		(4.184)	22.347
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		152.192	131.824
Despesas financeiras	22	(71.945)	(2.097)
Receitas financeiras	22	2.245	7
		(69.700)	(2.090)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		82.492	129.734
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(4.075)	(6.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14 e 23	(23.904)	(37.298)
		(27.979)	(44.115)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		54.513	85.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	54.513	85.619
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	54.513	85.619

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

Descrição	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Especial para dividendos não distribuídos	Reserva de lucros a realizar	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	37.632	6.582	5.140	103.946	16.084	-	169.384
Dividendos adicionais	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	85.619	85.619
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	944	-	-	-	(944)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	84.675	-	(84.675)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	37.632	7.526	5.140	188.621	16.084	-	255.003
Aumento de Capital	184.513	-	-	-	-	-	184.513
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	(5.140)	-	-	-	(5.140)
Dividendos intermediários conforme ata de 30/09/2022	-	-	-	-	(10.409)	-	(10.409)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	54.513	54.513
Destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	-	2.726	-	-	-	(2.726)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(12.947)	(12.947)
Reservas de lucros	-	-	-	-	271	(271)	-
Reservas de lucros a realizar	-	-	-	38.569	-	(38.569)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	222.145	10.252	-	227.190	5.946	-	465.533

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Transmissora
Serra da Mantiqueira S.A.

TSM - Transmissora Serra da Mantiqueira S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		82.492	129.734
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	19 e 20	248	325
Encargos de dívidas (Inclui arrendamentos e variações monetárias líquidas)	10c, 19 e 22	71.311	90.317
Receita de aplicações financeiras		(2.145)	(720)
Descontos financeiros obtidos	22	(7)	-
Contribuições diferidas		3.902	59.569
		155.801	279.225
Redução (aumento) no ativo			
Concessionárias e permissionárias		(17.094)	(3.199)
Impostos a recuperar		(101)	(8.210)
Ativo contratual da concessão		(42.163)	(644.012)
Adiantamento a fornecedores		70.609	(80.624)
Outros ativos		2.603	(3.040)
		13.854	(739.085)
(Redução) aumento no passivo			
Fornecedores		(18.367)	11.193
Salários, férias e encargos sociais		(4.187)	(2.197)
Tributos e contribuições sociais a recolher		2.401	(706)
Provisões pré-operacionais		(121.308)	162.895
Adiantamento de clientes		6.060	-
Outros passivos		653	42
		(134.748)	171.227
Imposto de renda e contribuição social recolhidos		(927)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		33.980	(288.633)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates de títulos e valores mobiliários		128.900	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(131.324)	-
Resgates de investimento de curto prazo		115.735	263.322
Aplicações em investimento de curto prazo		(144.530)	(114.435)
Aplicações no imobilizado		-	36
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos		(31.219)	148.923
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Aumento de capital	16.a	41.366	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	143.147
Pagamento de dividendos	17.b	(15.550)	-
Pagamento de principal e juros de arrendamentos		(310)	(394)
Amortização e pagamento de juros de debêntures	10c	(31.272)	-
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(5.766)	142.753
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(3.005)	3.043
Demonstração da (redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do período		3.103	60
Saldo no final do período		98	3.103
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		(3.005)	3.043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A TSM - Empresa Transmissora Serra da Mantiqueira (“Companhia” ou “TSM”), foi constituída em 02 de maio de 2017 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede está situada na Rua Gomes de Carvalho 1996 15º andar, Conjunto 151, Sala T, Vila Olímpia - São Paulo - SP.

A Companhia é diretamente controlada pela empresa Alupar Investimento S.A, que detém 65,7% das ações ordinárias. Adicionalmente, a Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura que detém 34,3% das ações ordinárias.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
037/2017	30	2047	R\$ 134.072	IPCA

(*) A prestação do serviço de transmissão se dá mediante o recebimento de Receita Anual Permitida (RAP), a partir da data da disponibilização das instalações para a operação comercial e será reajustado anualmente no mês de julho de cada ano, pelo IPCA, sendo que está previsto contratualmente revisões da RAP para o 5º, 10º e o 15º ano do período de concessão. RAP do ciclo 2022-2023, conforme resolução homologatória nº 3.067.

Em 29 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu o Termo de Liberação Definitivo – TLD, o qual autorizou o recebimento de receita e o início da operação comercial a partir do dia 23 de dezembro de 2021, antecipando em aproximadamente 8 meses sua energização prevista para agosto de 2022.

O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Assim sendo, a Administração da Companhia entende que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se divulgada na nota explicativa “Ativo contratual da concessão”.

1. Contexto operacional - Continuação

1.1. Impactos do COVID-19

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requerido pelas normas contábeis.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: contabilização do contrato de concessão, momento de reconhecimento do ativo contratual, determinação da margem de lucro, determinação das receitas de implementação de infraestrutura e de operação e manutenção, determinação da taxa de juros de desconto do ativo contratual, constituição de ativo ou passivo fiscal diferido, análise do risco de crédito e de outros riscos para a determinação da necessidade de provisões, inclusive a provisão para riscos ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo contratual com base nas características econômicas do contrato de concessão, na medida em que satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão e na medida que incorre com gastos de operação e manutenção, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida na proporção dos gastos incorridos, observando as margens de construção. Após a entrada em operação comercial inicia-se o reconhecimento da receita de O&M calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

Determinação da margem de lucro

A margem de lucro é calculada para cada tipo de obrigação de performance.

A margem de construção é determinada em função das características e complexidade dos projetos, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. A margem de construção é revisada anualmente, na entrada em operação do projeto e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

A margem de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro de cada empreendimento/projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro do ativo contratual na data do início do contrato de concessão em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital individual dos projetos. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita, por meio da Revisão Tarifária Periódica – RTP, que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

Determinação das receitas de implementação de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada empreendimento/projeto.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo preço justo preestabelecido considerando a margem de operação e manutenção, conforme contraprestação dos serviços.

2. Apresentação das demonstrações contábeis - Continuação

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas - Continuação

PV (Parcela variável)

A Companhia dispõe de um percentual, apurado com base nas PV's históricas para cobrir os eventuais custos com perturbações no sistema elétrico.

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Reconhecimento da receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

3.1.1 Receita de implantação de infraestrutura

Refere-se à receita relativa a obrigação de performance relacionada aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo na proporção dos custos incorridos, corrigido pelo índice inflacionário e do diferimento de Programa de Integração

Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Para estimar essa receita de Implantação de Infraestrutura, a Companhia utiliza um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente) e considera questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, além de determinadas despesas do exercício, por esse motivo os projetos embutem margem suficiente visando cobrir os custos em questão e também dos tributos e encargos regulatórios.

3.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e de leilão. A taxa implícita busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início do contrato de concessão. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.1.3 Receitas de operação e manutenção

As receitas de operação e manutenção tem início após a fase de construção e são reconhecidas conforme parâmetros regulatórios definidos no contrato de concessão, as quais embutem margem suficiente para cobrir os custos dos serviços incorridos e também dos tributos e encargos regulatórios.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e de operação e manutenção estão sujeitas a correção monetária pela variação do IPCA e ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, registrados no passivo circulante e não circulante.

3.1.4 Receitas de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.2 Ativo contratual da concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. Ocorre a cessão de posse desses bens, que são operados nas condições previstas no contrato de concessão, para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês é transferida para concessionárias e permissionárias.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é estimado no início da concessão ou em eventual prorrogação, sendo formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, sendo as premissas de sua mensuração revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.2 Ativo contratual da concessão - Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início do projeto da Companhia, que é de 8,20% a.a; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A remuneração recebida ou a receber é alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Os ativos da concessão são classificados como:

Contas a receber da Concessão - Concessionárias e permissionárias

Após o término da fase de construção, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, mensalmente, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro ao custo amortizado, é registrada em concessionárias e permissionárias, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

3.3 Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Investimentos de curto prazo são classificados como “valor justo por meio do resultado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.5 Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, debêntures contraídas sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

3.6 Instrumentos financeiros – Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.7 Encargos regulatórios

Os encargos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Ministério de Minas e Energias (MME), são programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas. E os valores da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), são incidentes sobre a transmissão de energia elétrica e são equivalentes a 0,4% da RAP. Estes saldos estão refletidos no passivo circulante e não circulante na rubrica “Contribuições e encargos regulatórios diferidos”, o valor destinado a esses programas, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.8 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.8.1 Provisões para demandas judiciais e administrativas

As provisões para demandas judiciais e administrativas são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato aluguel, serviços prestados, entre outros, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente do contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.10 Tributação

3.10.1 Tributos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – 7,6%

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime do lucro real.

3.10.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Tributos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Tributos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e lei tributária) vigentes na data do balanço.

3. Sumário das principais práticas contábeis - Continuação

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; e,

3.11 Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32).

A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Caixa e equivalente de caixa:</u>		
Numerário disponível	98	3.103
	98	3.103

5. Investimentos de curto prazo

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Investimentos de curto prazo</u>		
Aplicações financeiras em fundo de investimentos	36.506	5.783
	36.506	5.783

As aplicações financeiras mantidas em fundo de investimentos STA Energia, que tem característica de renda fixa e possui remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 101,13% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (100,06% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

6. Concessionárias e permissionárias

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Concessionárias e permissionárias</u>		
Encargos de uso da transmissão faturados	20.293	3.199
	20.293	3.199

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Adiantamento a fornecedores

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 10.015 (R\$ 80.624 em 31 de dezembro de 2021) referente a adiantamentos a fornecedores, que se referem, principalmente, à aquisição de materiais durante a fase de implantação do empreendimento.

8. Ativo contratual da concessão

Movimentação do ativo contratual da concessão

Movimentação do contas a receber ativo contratual	
Saldo em 31 de dezembro de 2020 - Ativo contratual	714.969
Receita de operação e manutenção	487
Remuneração do ativo de concessão (nota 18)	272.451
Receita de infraestrutura (nota 18)	374.273
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(3.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2021 - Ativo contratual	1.358.981
Receita de operação e manutenção (nota 18)	21.314
Remuneração do ativo de concessão (nota 18)	160.842
Recuperação do ativo financeiro (recebimentos)	(139.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - Ativo contratual	1.401.144
Ativo contratual da concessão - circulante	120.246
Ativo contratual da concessão - não-circulante	1.280.898
	1.401.144

8. Ativo contratual da concessão - Continuação

O Ativo contratual da concessão inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item ao final da concessão.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo contratual somente ocorrerão quando da implantação da infraestrutura relacionada com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

9. Fornecedores

O saldo de contas a pagar a fornecedores da Companhia representa obrigações com fornecedores de bens comprados e serviços tomados no curso normal do negócio, que será liquidado no período de 12 meses. Adicionalmente, a Companhia não realiza nenhuma operação de “forfait” para viabilizar o pagamento dos seus credores. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui o montante em aberto com fornecedores de R\$ 2.616 (R\$ 20.990 em 31 de dezembro de 2021).

10. Debêntures

a. O saldo de debêntures é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante				
			Encargos	Custo a amortizar	31/12/2022	31/12/2021	Encargos	Principal	Custo a amortizar	31/12/2022	31/12/2021
1ª Emissão de Debêntures Simples	15/12/2044	IPCA + 4,50%	1.357	(1.359)	(2)	40	40.728	664.608	(28.533)	676.803	636.863
			1.357	(1.359)	(2)	40	40.728	664.608	(28.533)	676.803	636.863

Em 15 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a 1ª Emissão de Debêntures não conversíveis em ações, cujo valor total foi R\$ 530.000. Emissão em série única, com garantia fidejussória adicional e o liquidante é o Banco Itaú Unibanco S/A. As debêntures emitidas têm o prazo de vencimento de 25 anos contados da data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de dezembro de 2044, ressalvados os Eventos de Vencimento Antecipado e as Hipóteses de Resgate antecipadamente e aquisição facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures, conforme previstas na Escritura. A 1ª amortização do principal acontecerá em 15 de junho de 2025 e a última na data de vencimento.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas as cláusulas quantitativas e qualitativas definidas na escritura de emissão, que incluem índices financeiros apurados com base nas demonstrações contábeis e informações trimestrais da Alupar Investimento S.A. (fiadora). No exercício social imediatamente seguinte à entrada em operação, a Companhia estará sujeita a índices financeiros calculados a partir de suas demonstrações regulatórias. Em 31 de dezembro de 2022, todas essas obrigações especificadas foram cumpridas.

10. Debêntures - Continuação

- b. Em 31 de dezembro de 2022, as parcelas relativas as debêntures têm os seguintes vencimentos:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
1ª Emissão de Debentures Simples	1.357	3.394	18.348	19.278	19.877	20.208	624.232	706.694
Debêntures - custo de captação	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(1.359)	(1.358)	(1.358)	(21.741)	(29.893)
	(2)	2.035	16.989	17.919	18.519	18.850	602.491	676.801

Todos os recursos obtidos com as debêntures foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, foram utilizados na implantação do empreendimento.

- c. As movimentações de debêntures são compostas da seguinte forma:

Moeda nacional e estrangeira Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31/12/2021	Provisão de encargos (nota 22)	Amortização do encargos	Amortização do custo de captação (nota 22)	Saldo final 31/12/2022
Debêntures					
1ª Emissão de Debentures Simples	636.903	69.811	(31.272)	1.359	676.801
	636.903	69.811	(31.272)	1.359	676.801

Moeda nacional e estrangeira Instituições financeiras / credores	Saldo inicial 31/12/2020	Provisão de encargos (nota 19 e 22)	Amortização do encargos	Amortização do custo de captação (nota 19 e 22)	Saldo final 31/12/2021
Debêntures					
1ª Emissão de Debentures Simples	546.649	88.895	-	1.359	636.903
	546.649	88.895	-	1.359	636.903

11. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para os quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	31/12/2022	31/12/2021
Provisões pré-operacionais		
Provisões pré-operacionais (Circulante)	28.092	162.895
Provisões pré-operacionais (não circulante)	13.495	-
	41.587	162.895

12. Contribuições diferidas

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante	11.123	10.224
Pis Diferido	1.984	1.824
Cofins Diferido	9.139	8.400
Passivo não circulante	118.483	115.480
Pis Diferido	21.135	20.599
Cofins Diferido	97.348	94.881
	129.606	125.704

O diferimento das contribuições é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apurada sobre o ativo contratual e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais.

13. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui saldo em aberto referente à adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, (R\$ 143.147 em 31 de dezembro de 2021 que foram integralizados ao capital social).

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente da diferença entre as receitas recebidas (base fiscal) e o reconhecimento de receitas (base contábil) conforme o CPC 47 – receita de contrato com cliente, a ICPC 01 (R1) - interpretação contratos de concessão, o OCPC 05 – orientação contratos de concessão e CPC 06 (R2) – arrendamentos, mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.

14. Imposto de renda e contribuição social diferidos - Continuação

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida
Ativo fiscal diferido				
Diferido do arrendamento mercantil	980	980	525	525
Diferido do ativo contratual	129.606	129.606	125.706	125.706
Outros	720	720	-	-
Subtotal	131.306	131.306	126.231	126.231
Passivo fiscal diferido				
Diferimento do lucro da construção conforme art. 84 inciso II IN nº 1515/14	215.879	215.879	151.867	151.867
Diferido do arrendamento mercantil	909	909	501	501
Diferido do ativo contratual	294.487	294.487	283.524	283.524
Subtotal	511.275	511.275	435.892	435.892
Base de cálculo	379.969	379.969	309.661	309.661
Imposto diferido - base de cálculo	379.969	379.969	309.661	309.661
Alíquota aplicada	25%	9%	25%	9%
Total de IRPJ e da CSLL alíquota aplicada	94.992	34.198	77.416	27.870
Total IRPJ e CSLL diferidos	94.992	34.198	77.416	27.870
Total IR e CS alíquota aplicada		129.190		105.286
		129.190		105.286

A movimentação do imposto diferido se deu conforme a seguir:

	Lucro Real					
	Dezembro	Reclassificação	Movimentação no resultado (nota 23)	Dezembro	Movimentação no resultado (nota 23)	Dezembro
	2020			2021		2022
Imposto de renda diferido	49.991	-	27.425	77.416	17.576	94.992
Contribuição social diferida	17.997	-	9.873	27.870	6.328	34.198
	67.988	-	37.298	105.286	23.904	129.190

15. Provisões para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em Nota Explicativa, as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

15. Provisões para contingências - Continuação

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas, administrativas e arbitrais classificadas com probabilidade de perda remota.

(A) PERDA PROVÁVEL: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com classificação provável de perda.

(B) PERDA POSSÍVEL: embora tais processos não sejam provisionados pela Companhia, merecem destaques as seguintes demandas, classificadas como probabilidade possível de perda:

- (i) Demandas Cíveis:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 06 (seis) processos judiciais e administrativos de natureza cível, com valor em risco de R\$ 6.372. Dentre eles, considera-se como relevantes os processos abaixo relacionados. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 05 (cinco) processos judiciais de natureza cível classificados com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 5.625.
- **Ação Ordinária nº 1000514-55.2020.8.26.0059**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a Vara Única de Bananal/SP. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.260.
 - **Ação Ordinária nº 0011253-44.2020.8.19.0045**, proposta por Kelcilene Pereira Martins, em trâmite perante a 1ª Vara Cível de Resende/RJ. Trata-se de ação ordinária que visa a anulação de acordo extrajudicial de servidão administrativa. O valor em risco aproximado é de R\$ 2.994.
- (ii) Demandas Trabalhistas:** A Companhia possui 02 (dois) processos judiciais de natureza trabalhista, com valor em risco de R\$ 30. Dentre eles, não há processos relevantes que devam ser destacados. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 02 processos judiciais de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda possível, com valor em risco de R\$ 29.

16. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 17 de março de 2022 a Companhia deliberou e aprovou o aumento do capital social, no valor de R\$ 184.513 mediante a emissão de 184.512.936 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 por ação, subscritas e integralizadas da seguinte forma:

(i) R\$63.288 subscrito pela acionista Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Perfin”), correspondentes 63.287.936 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de R\$ 36.647 referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs, constituídos no exercício de 2021 e o aporte de R\$ 26.641 em janeiro de 2022; e

(ii) R\$121.225 subscrito pela acionista Alupar Investimentos S.A. (“Alupar”), correspondentes a 121.225.00 ações ordinárias, as quais foram integralizadas mediante capitalização de R\$ 106.500 referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital – AFACs, constituídos no exercício de 2021 e o aporte de R\$ 14.725 em janeiro de 2022. Com esse aumento de capital, houve um aumento na participação da Alupar na TSM de 51% para 63,21% e uma redução na participação da Perfin de 49% para 36,79%.

Em 28 de março de 2022 a controladora Alupar Investimento S.A., exerceu a opção de compra de parte das ações subscritas e integralizadas pela Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, correspondente a 2,49% das ações totais da empresa, desta forma, a Alupar aumentou sua participação de 63,21% para 65,70% e a Perfin reduziu sua participação de 36,79% para 34,30%.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 222.145 representado por 222.144.930 mil ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal (R\$ 37.632 de capital social subscrito composto por 37.631.994 mil ações ordinárias todas nominativas, sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2021).

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
Alupar Investimento S/A	145.949.220	65,70%	19.192.317	51,00%
Perfin Apollo Energia FIP-IE	76.195.710	34,30%	18.439.677	49,00%
Total das ações	222.144.930	100%	37.631.994	100%

16. Patrimônio líquido - Continuação

b. Reserva legal e destinação do resultado

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a receber como dividendo mínimo obrigatório não cumulativo, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado.

Destinação do resultado	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	54.513	85.619
Constituição de reserva legal (5%)	(2.726)	(944)
Subtotal	51.787	84.675
Dividendos mínimos obrigatórios	(12.947)	-
Reserva de lucros	(271)	-
Reserva de lucros a realizar	(38.569)	(84.675)
Saldo de lucros acumulados	-	-

A composição das reservas de lucros em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é a seguinte:

Reservas de lucros	31/12/2022	31/12/2021
Reserva legal	10.252	7.526
Reserva especial para dividendos não distribuídos	-	5.140
Reserva de lucros a realizar	227.190	188.621
Reserva de lucros	5.946	16.084
Saldo de reservas de lucros	243.388	217.371

Reserva de lucros a realizar

Essa parcela advém substancialmente da contabilização de ativos e passivos, cujos prazo de realização financeira ocorrerão em exercícios futuros. Dessa forma, os valores mantidos nessa rubrica serão distribuídos conforme deliberação dos Acionistas e realização financeira do saldo de ativo contratual e, conseqüente geração de caixa pela Companhia.

17. Partes relacionadas

a. Remuneração da alta Administração

A Administração identificou como parte relacionada a remuneração da diretoria e do conselho de administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 R\$ 735 (R\$ 596 em 31 de dezembro de 2021), respectivamente, composta por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

b. Dividendos

Em 30 de setembro de 2022 a Companhia, através de assembleia geral ordinária e extraordinária, declarou dividendos intermediários à conta de reserva de lucros a realizar no montante total de R\$ 15.550. Pago em outubro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui em aberto os valores de dividendos no total de R\$ 12.947 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021).

c. Arrendamentos

A Companhia possui em aberto com a Alupar Investimento S.A. os valores de arrendamentos a pagar no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 981 (R\$ 525 em 31 de dezembro de 2021).

18. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Receita operacional bruta</u>	182.156	647.211
Receita de operação e manutenção (nota 8)	21.314	487
Receita de infra-estrutura (nota 8)	-	374.273
Remuneração do ativo de concessão (nota 8)	160.842	272.451
<u>Deduções da receita operacional</u>	(18.661)	(59.909)
Programa de Integração Social - PIS	(3.006)	(10.680)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(13.844)	(49.188)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(501)	(11)
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	(501)	(11)
Ministério de minas e energia - MME	(250)	(6)
Taxa de fiscalização	(559)	(13)
<u>Receita operacional líquida</u>	163.495	587.302

19. Custo de infraestrutura

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de infraestrutura		
Pessoal	-	(7.206)
Material	-	(10.521)
Serviços de terceiros	-	(368.385)
Depreciação e amortização	-	(325)
Provisões	-	(1.988)
Seguros	-	(117)
Tributos estaduais - OUTROS	-	(426)
Tributos estaduais - ICMS	-	(1.036)
Receitas financeiras	-	789
Custo de empréstimos capitalizados (nota 10c)	-	(88.227)
Outros	-	(383)
Total custo de infraestrutura	-	(477.825)

20. Custo dos serviços prestados

	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos serviços prestados		
Pessoal	(4.715)	-
Material	39	-
Serviços de terceiros	(1.155)	-
Aluguéis	(524)	-
Outros tributos e taxas	(426)	-
Depreciação e amortização	(248)	-
Outros	(90)	-
Total custos dos serviços prestados	(7.119)	-

21. Outras receitas

	31/12/2022	31/12/2021
Outras receitas		
* Execução de garantia de Contrato	-	24.803
Venda de Sucata	511	-
(-) PIS	(15)	(409)
(-) COFINS	(67)	(1.885)
Total custo de infraestrutura	429	22.509

*Referente a execução da garantia e fiel cumprimento de contrato encerrado com empreiteira da linha de transmissão.

22. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras	2.245	7
(*) Receita de aplicações financeiras	2.036	4
Atualização monetária ativa	145	-
Descontos obtidos	7	-
Outros	57	3
Despesas financeiras	(71.945)	(2.097)
Encargos sobre debêntures (nota 10c)	(69.811)	(1.994)
Custos de captação de dívida amortizado (nota 10c)	(1.359)	(33)
Fiança	(156)	-
Juros sobre arrendamentos	(111)	(63)
Atualização monetária	(30)	-
Outros	(478)	(7)
Total líquido	(69.700)	(2.090)

(*) Receita de aplicações financeiras líquidas de impostos

23. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Tributos correntes lucro real:				
Lucro societário antes do IR e CS	82.492	82.492	129.734	129.734
Ativo Financeiro Realizado artigo 84	95.387	95.387	-	-
Receita Remuneração da Concessão - Art. 84 inciso I IN 1515/14	(159.399)	(159.399)	(114.039)	(114.039)
Ativo contratual CPC 47	(7.063)	(7.063)	4.349	4.349
(+) Outros	827	707	77	77
Lucro (Prejuízo) Fiscal	12.244	12.124	20.121	20.121
(-) Compensação de Prejuízos Fiscais	(81)	(81)	-	-
Base de cálculo do IRPJ e da CSLL	12.163	12.043	20.121	20.121
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%	-	10%	-
	(3.017)	(1.084)	(5.006)	(1.811)
Outros	26	-	-	-
Total dos tributos correntes	(2.991)	(1.084)	(5.006)	(1.811)
Total dos tributos diferidos (nota 11)	(17.576)	(6.328)	(27.425)	(9.873)
Despesa total com tributos	(20.567)	(7.412)	(32.431)	(11.684)
Alíquota efetiva	33,92%		34,00%	

24. Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

b. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

	31/12/2022		31/12/2021		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa	98	98	3.103	3.103	-	Custo amortizado
Investimentos a curto prazo	36.506	36.506	5.783	5.783	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	2.641	2.641	0	0	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias e permissionárias	20.293	20.293	3.199	3.199	-	Custo amortizado
	59.538	59.538	12.085	12.085		
Passivo						
Fornecedores	2.616	2.616	20.990	20.990	-	Custo amortizado
Debêntures	676.801	676.801	636.903	636.903	-	Custo amortizado
	679.417	679.417	657.893	657.893		

c. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

24. Instrumentos financeiros - Continuação

d. Gestão de Riscos

i. Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas:

Como a Companhia está em fase de construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes a atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades, dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

ii. Risco de contencioso

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas.

O objetivo da Companhia é o de administrar os riscos operacionais evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos a sua reputação e buscar eficácia de custos. A Alta Administração é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais.

iii. Risco de taxas de juros

A Atualização das debêntures está vinculada a variação do IPCA.

iv. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

v. Risco de crédito

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 1.361 usuários, com cláusula de garantia bancária. Não há risco de inadimplência, uma vez que as contas a receber da Companhia são garantidas pelo ONS.

24. Instrumentos financeiros - Continuação

vi. Risco de liquidez

A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

vii. Risco de preço

As receitas da Companhia são reajustadas anualmente conforme as cláusulas previstas no contrato de concessão, pelo IPCA, sendo sujeitas a revisão tarifária que ocorre a cada 5 anos, onde o regulador toma por base o custo da TJLP.

A Administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

viii. Risco de interrupção do serviço

Em caso de interrupção do serviço, a Companhia estará sujeita a redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

ix. Risco técnico

A infraestrutura da concessão é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários a recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

e. Análise de sensibilidade

i. Análise de sensibilidade das aplicações financeiras

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras as quais a Companhia estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2022, foi extraída a projeção do indexadores SELIC/CDI e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

24. Instrumentos financeiros - Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Indexador	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
		Cenário Provável	Risco de redução		Risco de aumento	
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		10,63%	5,32%	7,97%	13,29%	15,95%
Investimento de curto prazo	CDI 36.506	3.881	1.942	2.910	4.852	5.823
Títulos e valores mobiliários	CDI 2.641	281	141	210	351	421

ii. Análise de sensibilidade ao risco da taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador da dívida ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 05 cenários diferentes. Como cenário provável, o adotado pela Companhia, o IPCA projetado foi obtido por meio do relatório Focus do Banco Central de 31 de dezembro de 2022; a partir deste parâmetro foram calculados os cenários I e II com 25% e 50% de queda de risco e os cenários III e IV com 25% e 50% de elevação de risco respectivamente.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2022, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Taxa de Juros a.a.	Posição em 31/12/2022	Cenário Provável	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
			Risco de redução		Risco de aumento		
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		4,48%	2,24%	3,36%	5,60%	6,72%	
1º Emissão de debêntures	IPCA + 4,50%	676.801	62.141	46.299	54.220	70.062	77.984

25. Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte, e vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Seguro de Risco Operacional	98.577	120.975	06/05/2023
Responsabilidade Civil	35.000	23.138	06/05/2023
Seguro Garantia de Fiel Cumprimento	44.452	745.095	08/05/2023
Total	178.029	889.209	

27. Eventos subsequentes

Em 16 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no valor de R\$ 10.000. Esses dividendos foram imputados dos dividendos mínimos obrigatórios apurados no exercício de 2022.

Também em 16 de fevereiro de 2023 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no valor de R\$ 14.436, em razão da realização parcial do lucro destinado à Reserva de Lucros a Realizar no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Os dividendos citados acima foram pagos em 24 de fevereiro de 2022.

Patricia Nalini Sávio Ferreira
Contadora - CRC 1 SP 237063/O-2